

► **LEMA** *Sociedade deve participar do controle social dos meios de comunicação*

Observatório da Mídia cobra mais cidadania dos meios de comunicação

Pernambuco conta agora com um serviço de fiscalização dos veículos de comunicação de massa que desrespeitam a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trata-se do Observatório de Mídia Regional - direitos humanos, políticas e sistemas, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e que tem como premissa envolver a sociedade na discussão do controle social dos meios de comunicação.

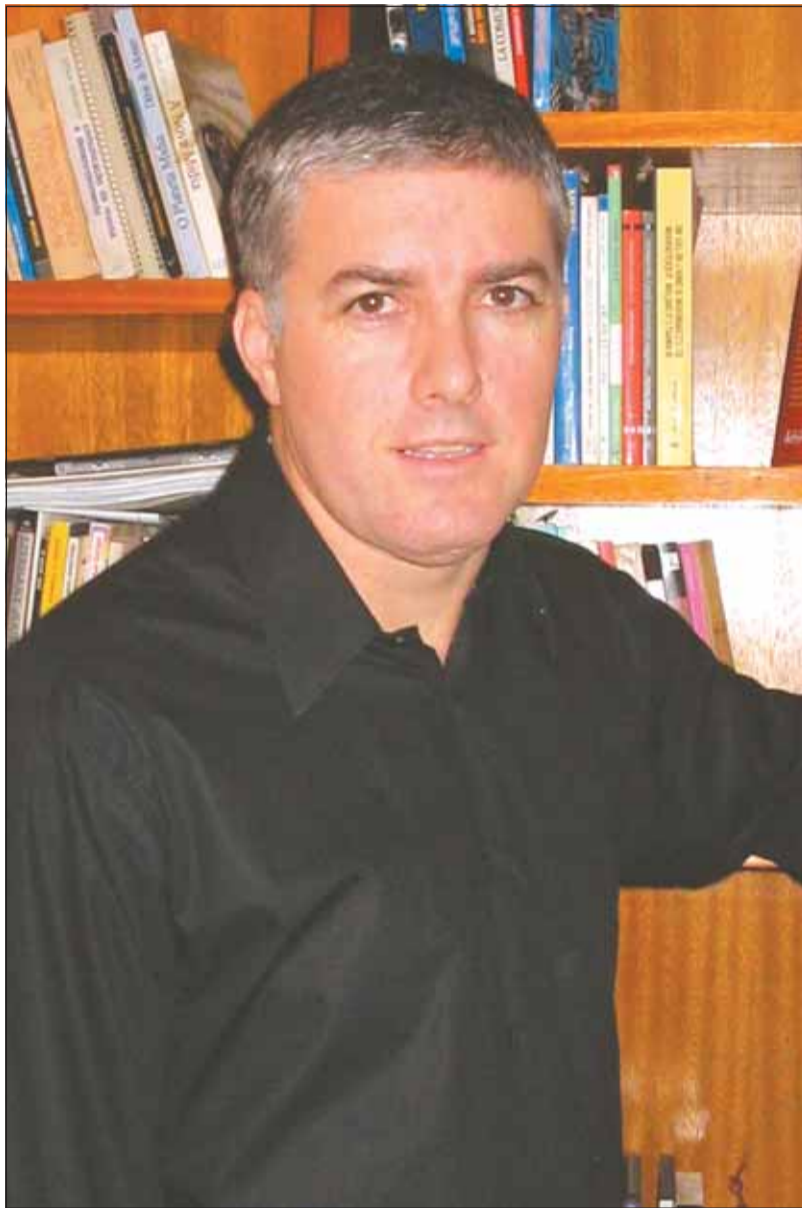
E já como primeira resposta desse trabalho, o Observatório concluiu, em meados de julho, sua primeira pesquisa, um levantamento sobre a publicidade de bebidas alcoólicas nas rádios do Recife. De acordo com a pesquisa, que durou seis meses, nove emissoras de rádio do Recife desrespeitaram a Lei 9.294/1996, que proíbe a publicidade de bebidas alcoólicas de alto teor, no horário das 6h às 21 horas.

As rádios que veicularam a publicidade ilegal - de até 135 minutos semanais - foram a JC/CBN, Transamérica, Recife FM, Clube FM, 102 FM, 103 FM, Clube AM, Rádio Jornal e Rádio Olinda. Entre as bebidas que aparecem nas publicidades estão as cachapas Pitú e 51, as vodkas Orloff e Bolvana, o rum Montilla e toda a linha da marca Bebidas D'Ouro (cachaças, licores, conhaques e rum). As agências responsáveis pelas peças são a Ampla, GrupoNove, Loducca e Ogilvy.

O relatório da pesquisa foi entregue a órgãos como o Ministério Público de Pernambuco e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), como forma de pressionar essas entidades a exigirem o cumprimento da legislação por parte dos responsáveis pela publicidade ilegal. As penalidades para o descumprimento da Lei 9.294/1996 podem chegar à multa de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil e suspensão da programação da emissora por dez minutos para cada minuto de veiculação ilegal. O relatório completo pode ser acessado pelo site www.ufpe.br/observatorio.

DENÚCIAS - O Observatório da Mídia tem outros projetos a ser desenvolvidos sobre o descumprimento dos direitos humanos e da Constituição Federal por parte dos órgãos de comunicação, seja jornal, televisão ou rádio. "Disponibilizamos, no site do Observatório, um link para que a população possa denunciar qualquer tipo de violência contra a cidadania por parte da mídia", explicou o coordenador do grupo de pesquisa, professor Dr. Edgard Rebouças.

Em outubro, o Observatório estará coordenando a IV Conferência Brasileira Mídia Cidadã. O objetivo é iniciar um diálogo entre pesquisadores acadêmicos na área de comunicação social e as experiências de produção de mídia da sociedade civil, mercado e Estado.



“A população pode denunciar, no site do Observatório, qualquer tipo de violência contra a cidadania produzida por parte da mídia”



OUTUBRO Observatório coordena a IV Conferência Mídia Cidadã

EDITORIAL

O voto qualificado

Estamos às vésperas de mais uma eleição. No dia 5 de outubro vamos eleger nossos representantes municipais que serão os prefeitos e vereadores de nossa cidade nos próximos quatro anos. E o Sindsep, como entidade política, traz nesta edição uma reportagem sobre o assunto. Tendo como base a Plataforma da Classe Trabalhadora para as Eleições 2008, lançada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no final de julho, o Sindicato convoca todos os eleitores, em especial sua base, os servidores federais, a analisarem com cuidado em quem votar.

Preocupada em discutir propostas de interesse da classe trabalhadora no âmbito municipal, a Plataforma... é um instrumento que será utilizado para pressionar os candidatos a prefeitos e vereadores de todo o País a incluírem em seus programas de governo as reivindicações dos trabalhadores. Para isso, o documento foi dividido em quatro plataformas: igualdade, distribuição de renda e inclusão social; valorização do trabalho; Estado indutor do desenvolvimento, democracia e participação popular.

Nas páginas 7 e 8 o leitor/eleitor terá oportunidade de conferir com detalhe essas plataformas e, a partir dessas informações, observar se seus candidatos têm propostas que contemplem os anseios da classe trabalhadora. Com isso, o Sindsep espera contribuir para que o eleitor reflita e qualifique seu voto. Afinal, a qualidade de nossos governantes e legisladores é fruto, única e exclusivamente, da escolha do nosso voto. A responsabilidade é individual de cada um. Pense nisso e vote consciente, para depois não se arrepender. Afinal, outra eleição municipal só daqui a quatro anos.

► **QUEDA DE BRAÇO** Servidores travam uma guerra judicial para manter gratificações

Jurídico do Sindsep tira dúvidas sobre os 33% dos servidores da Sudene

A suspensão por parte da Justiça da gratificação dos 33% paga desde 2003 aos servidores da Sudene foi pauta de uma assembleia que o Sindsep realizou no dia 12 de agosto. A gratificação foi suspensa há cerca de quatro meses e tem gerado muitas dúvidas entre os servidores atingidos. E para responder todas as interrogações que pairam nas cabeças dos servidores, a assessoria jurídica do Sindicato, representada pelos advogados Cláudio Ferreira e Rodrigo Galindo, participaram da assembleia.

Os 33% da Sudene foi criado em 1987, através do Decreto Lei nº 2374. Em 2003, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou o cancelamento da gratificação. Na época, para assegurar o pagamento do benefício, o Sindsep entrou na Justiça com uma ação coletiva e conseguiu uma liminar favorável para a categoria. Desde então, os servidores vinham recebendo normalmente

O Jurídico do Sindsep vem tomando todas as medidas cabíveis para reaver os 33% dos servidores da Sudene

os 33%. Mas, há quatro meses, a Justiça julgou improcedente a liminar e o pagamento foi suspenso. "O secretário geral do Sindsep, Sérgio Goiana, ao iniciar a assembleia, explicou que estão sendo tomadas as medidas judiciais cabíveis para reaver a gratificação. "Até agora o Sindicato fez o possível para assegurar o direito dos servidores da Sudene, mas a decisão estava nas mãos de um juiz, e foi ele quem decidiu", disse.

Durante a reunião, o advogado Cláudio Ferreira lembrou toda trajetória de luta do Sindsep e dos servidores pelos 33%. Ele explicou que o cancelamento da gratificação foi uma decisão em primeira instância, ou seja, ainda existe uma nova chance, na segunda instância. "Eu entendo o quanto é difícil perder uma parte da remuneração, mas o momento é de calma porque nem tudo está per-

dido, ainda temos chance", reforçou.

MAIS CHANCES - Cláudio Ferreira esclareceu também que, caso a ação coletiva não obtenha sucesso na segunda instância, ainda existe outra chance: o servidor pode entrar com uma ação individual, em grupos de até dez pessoas, se preferir, pelo próprio Sindicato. Mas é bom lembrar que o ideal é esgotar todas as fichas.

Se o servidor desistir de continuar tentando na ação coletiva e entrar com uma ação individual agora, ele sairá automaticamente da coletiva e, caso venha a perder, terá esgotado todas as possibilidades. E uma ação coletiva, com centenas de pessoas envolvidas, a pressão política é maior. Além do mais, a gratificação dos 33% pode ser incluída na pauta

de reivindicações da categoria e negociado com o Governo.

"Até agora, o Sindicato tomou todas as decisões judiciais cabíveis e corretas, o afiliado não tem com que se preocupar", disse Rodrigo Galindo. O assessor jurídico aproveitou a oportunidade para alertar os filiados para não se deixarem levar por promessas de profissionais que não têm conhecimento suficiente do problema.

APOSENTADOS - Já no final da assembleia, alguns servidores aposentados que trabalhavam na Sudene no momento da sua extinção e foram redistribuídos para outros órgãos manifestaram o desejo de voltar ao quadro da Superintendência, já que ela foi recriada no ano passado. O secretário geral do Sindsep, Sérgio Goiana, explicou que essa demanda está na pauta de reivindicação da categoria. "Essa é uma luta política e estamos trabalhando no sentido de convencer o governo a atender o nosso pleito".



ORIENTAÇÃO Os advogados explicam quais são os recursos possíveis

URP dos servidores do Ibama também está suspensa

O fantasma da suspensão de gratificação não é uma exclusividade dos servidores da Sudene. No início do ano, a Procuradoria Geral do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) recomendou a retirada da URP dos contracheques dos servidores do órgão. O Sindsep, imediatamente, entrou com um mandado de segurança com pedido de liminar (decisão provisória), que foi aceito pelo juiz. Logo após, a União Federal entrou com um agravo de instrumento que foi negado e, em seguida, com um agravo regimental, que foi aceito.

A partir daí, o pagamento da URP aos servidores do Ibama (processo 331/91) foi cancelado. Segundo a assessoria jurídica do Sindicato, é preciso esperar o julgamento do mérito. Caso os servidores ganhem a causa, a União será obrigada a retornar a rubrica aos

contracheques dos trabalhadores. Já se for ao contrário, cabem outros recursos e o Sindsep poderá recorrer novamente, porque todos os agravos apresentados

ne aconteceu a mesma coisa. O TCU recomendou o cancelamento da URP, o Sindicato recorreu, ganhou, mas a União também recorreu e ganhou. Porém, quando houve o julgamento do mérito da ação, em primeira instância, os funcionários públicos ganharam novamente e estão até agora recebendo a rubrica. No entanto, a União ainda tenta derrubar essa decisão.

Para esclarecer as possíveis dúvidas dos servidores do Ibama envolvidos no processo 331/91, a direção do Sindicato realizou, no dia 7 de agosto, uma assembleia geral extraordinária, na sede do órgão. "Enquanto existirem recursos, nós, do Sindsep, estaremos lutando na



LEI "Lutar até a última instância"

Justiça para garantir os direitos dos servidores públicos federais", explicou a o secretário geral do Sindicato e presidente da CUT Pernambuco, Sérgio Goiana.

Com o processo 2675/89 que envolve 366 servidores da Sude-

► **EQUÍVOCO** Jornais deturpam os fatos em matérias veiculadas sobre o reajuste do funcionalismo. Em Br

Imprensa não diz a verdade s

A primeira impressão é a que fica. O ditado é popular, mas tem uma forte influência no cotidiano das pessoas. Tanto que, quando a mídia noticia, em manchetes, que os servidores federais recebem "supersalários", que "têm contracheques turbinados" ou coisa parecida, a sociedade absorve aquela mensagem e cria uma imagem equivocada e, muitas vezes, negativa do funcionalismo público.

Foi isso o que aconteceu no mês de agosto, em alguns jornais, tanto locais como de circulação nacional. Publicaram matérias afirmando que servidores do Poder Executivo teriam aumento de até 193%, citaram, inclusive, o nome de alguns órgãos, entre eles, AGU, Ibama, Ministério da Defesa, DNIT e Ministério da Fazenda.

O que os jornais não disseram é que esse percentual de reajuste vai atingir uma minoria do funcionalismo. Não dizem também que a categoria amarga perdas históricas, uma vez que está há cerca de 15 anos sem reajuste. E mais: essa pequena fatia é representada por profissionais que possuem títulos de mestrado, doutorado e desenvolvem um trabalho intelectual e estratégico para a sociedade. É mais do que merecido ter uma remuneração à altura de sua qualificação.

ACORDOS – Nunca é demais lembrar que esses reajustes são fruto de acordos antigos assinados com o Ministério do Planejamento e que não foram cumpridos. Além do mais, tanto os servidores atendidos na MP 431, editada em meados de maio, quanto aqueles que aguardavam a publicação de um segundo instrumento de reajuste, a parcela de reajuste deste ano foi insignificante. No padrão I do nível superior do PGPE, por exemplo, o aumento para 2008 foi de 8,48%.

Mais de 90% dos trabalhadores do setor público não terão nem mesmo metade do índice de reajuste que são veiculados. A imprensa também não explica de forma clara que o percentual de reajuste não será concedido de uma única vez. Será em parcelas anuais até 2010 ou 2011. Tendo em vista a elevação do custo de vida nos próximos períodos, parte do percentual de reajuste será devorada pela inflação.

O trabalhador do serviço público exerce uma função de Estado. Por isso, O Sindsep vem a público esclarecer tais informações deturpadas e dizer que os servidores públicos, assim como todo trabalhador, devem ser bem remunerados, algo que, infelizmente, não condiz com a realidade. Tudo isso vai na contramão do que tem sido divulgado pela mídia.

Mais de 90% ainda recebem salários indignos

Maria da Penha Torres, servidora de nível médio da UFPE, representa a maioria dos servidores. Com trinta anos de serviço público, seu vencimento básico (VB) hoje é de R\$ 1.628,47 e o anuênio de R\$ 197,47. E isso já com o reajuste que o Governo concedeu este ano, quando aprovou a MP 431, que contemplou 800 mil servidores civis. Antes disso, o VB era de 1.424,03 e o anuênio R\$ 172,94.

A servidora da UFPE critica o reajuste concedido. "São 12 anos sem aumento e ganhamos pouco mais de R\$ 200. Quando tiraram o Imposto de Renda e a Seguridade Social, a quantia fica insignificante. Por isso fico indignada quando sai na imprensa que somos privilegiados, que ganhamos bem. São notícias enganosas, a realidade é bem diferente", disparou.

Penha, como é conhecida pelos colegas, reclama das condições salariais no serviço público. "Eu pago condomínio, conta de água, energia elétrica, telefone, escola, faço feira e ainda pago plano de saúde. Só o meu custa R\$ 288,80", lamentou, a servidora da UFPE, que vive uma situação semelhante a 90% do funcionalismo federal.



INJUSTIÇA "Fico indignada com o que sai na imprensa"

Governo, enfim, edita medidas provisórias com novos reajustes

Depois de adiar por vários meses e frustrar as expectativas dos servidores inúmeras vezes, o presidente Lula resolveu assinar, no dia 29 de agosto, a segunda remessa de reajuste do funcionalismo que estava pendente. Os reajustes, que irão beneficiar cerca de 350 mil servidores, foram enviados à Câmara dos Deputados através de duas Medidas Provisórias: as MPs 440 e 441.

Segundo informações divulgadas pela Imprensa Oficial, os aumentos serão retroativos a 1º de julho, como havia sido negociado com a categoria. O trabalho técnico desenvolvido pela assessoria jurídica da Condsef detectou problemas nas MPs 440 e 441. A assessoria levou em conta os acordos e termos de compromisso firmados pelo governo com as categorias da base da Confederação, contempladas nas MPs. Entre os pontos que chamaram a atenção da Condsef destaca-se a ausência de gratificação específica para aposentados de diversas ca-

tegorias.

Outra questão ligada às gratificações está na falta de regras estabelecidas para os ativos que vão se aposentar. O governo não estipula critérios para definir o percentual a que servidores ativos teriam direito quando solicitarem suas aposentadorias. A Condsef pretende apresentar emendas para corrigir os equívocos.

Como as MPs ainda estão sendo analisadas pelas equipes técnicas da Condsef, o GARRA não dispõe de maiores detalhes sobre o teor das matérias. Na próxima edição do informativo, o Sindsep trará mais detalhes sobre os novos reajustes dos servidores.

MANIFESTAÇÃO - No dia 13 de agosto, servidores públicos federais, coordenados pela Condsef, realizaram um ato público no Espaço do Servidor, em frente ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília. A categoria foi reivindicar a publicação

dos novos reajustes.

No dia 5 de agosto, a Câmara dos Deputados aprovou, em segunda votação, a Medida Provisória 431, que concede reajuste a cerca de 800 mil servidores civis e 600 mil militares. As emendas apresentadas pela Condsef, através dos parlamentares da base aliada, não foram acatadas.

No dia 27 de agosto, a MP 431 passou no Senado também sem a inclusão das emendas. Ficou acordado que as alterações iriam constar nas novas MPs, encaminhadas no final de agosto à Câmara.

"É de extrema importância as alterações sugeridas pela Condsef porque o texto original da MP 431 pode prejudicar os servidores, tanto ativos como aposentados e pensionistas", esclareceu o secretário Geral do Sindsep e presidente da CUT Pernambuco, Sérgio Goiana.

Brasília, Governo enviou, no dia 29 de agosto, nova remessa de reajustes para a Câmara dos Deputados

Sobre reajustes dos servidores

Grande mídia despreza qualificação do servidor



A pesquisadora da Fundaj, Jarniza Cavalcante, acredita que a imprensa não trata do reajuste dos servidores com seriedade e há um certo desconhecimento do contexto. "É como se recebêssemos um salário sem estar à altura, como se não trabalhássemos", se queixou a servidora, que tem mestrado em antropologia pela UFPE e doutorado, também em antropologia, pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo.

Com três livros publicados - *Passageiro da Fantasia*, *No Paraíso do Vulcão: Arquipélago de Fernando de Noronha e Infância e Velhice* -, atualmente, Jarniza desenvolve um trabalho na área de educação com antropologia institucional e também é editora da revista científica da Fundação *Cadernos de Estudos Sociais*.

Jarniza reforça que foram anos de estudo e investimentos. "O profissional, independente da área em que atua precisa estar sempre fazendo cursos de aperfeiçoamento e participando de eventos".

Anualmente, ela, sempre que pode, participa de pelo menos dois congressos na sua área, além de se envolver nos eventos ligados à educação. Os

congressos que participa dentro e fora de Pernambuco são custeados com recursos próprios. A Fundaj, assim como a maioria dos órgãos públicos federais, não financiam esses eventos para seus profissionais.

A servidora gasta anualmente uma quantia bem significativa com a compra de livros. "Quando noticiam que servidores públicos do Poder Executivo ganham supersalários, digo logo que é uma falácia, pois uma parte de nossa remuneração revertermos em investimentos profissionais e outra parte o Governo pega de volta através do Imposto de Renda e da Seguridade Social", explicou.

Jarniza se enquadra na Carreira da Ciência e Tecnologia, que aguarda a segunda remessa de reajuste. Atualmente, seu vencimento básico é de R\$ 2.870,70. O que ajuda é a titulação de doutorado R\$ 3.014,23, o anuênio R\$ 688,96 e as gratificações específicas do setor que somam mais R\$ 1.398,60. Mas, o desconto mensal do Imposto de Renda é de R\$ 1.584,18 e a Seguridade Social é de R\$ 883,55. Com o reajuste, Jarniza poderá chegar a um salário de R\$ 12.327,00, o que não se pode rotular de supersalário.

DESCONTO "Parte do que ganhamos, o Governo pega de volta"



EMENDAS
Sérgio destaca a importância de fazer as alterações na MP 431

Acordos firmados buscam melhorias

Alguns setores com acordos firmados com o governo e que não foram contemplados na Medida Provisória 431, seguem lutando por melhorias nas tabelas salariais que ainda precisam da aprovação dos parlamentares. Os fazendários, no dia 5 de agosto, conseguiram um avanço significativo. Em negociação com o coordenador geral de Negociação e Relações Sindicais do Ministério do Planejamento, Nelson Freitas, a Condsef garantiu a antecipação do índice de reajuste.

Segundo o acordo firmado, a tabela que seria implantada em julho deste ano será substituída pelos valores da tabela de 2009. Já os valores da tabela de 2010 que seriam implantadas em julho de 2009 serão antecipados para março de 2009. Deve ser criado também um grupo de trabalho para elaborar uma tabela remuneratória para o ano de 2010, que, neste caso, seria antecipada para novembro do ano que vem.

As tabelas dos fazendários que serão implantadas a partir deste ano estão disponíveis no site do Sindsep (www.sindsep-pe.com.br). Mesmo com os

avanços, a Condsef ainda continua pressionando o governo para equiparar a tabela dos fazendários com a dos previdenciários, como foi acordado anteriormente entre as partes. Em conversa com Nelson Freitas, a confederação lembrou toda trajetória de luta do setor e cobrou um posicionamento quanto ao atendimento dessa demanda.

AGÊNCIAS – Os servidores das agências reguladoras também conseguiram melhorias no reajuste que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional. Foram alteradas as tabelas salariais do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras, Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Especialista e Técnico em Regulação, Analista Administrativo, Técnico Administrativo, Especialista Recursos Hídricos e Geoprocessamento.

Entre os setores que avançaram nas negociações, destacam-se os fazendários e as agências reguladoras

Já quem está vinculado à Carreira Previdência, Saúde e Trabalho e está cedido a outros órgãos, exceto Presidência e Tribunais, conquistou, no início de agosto, o direito de receber a gratificação de desempenho do seu órgão de origem.

DEFESA – Nessa nova remessa de reajuste deve constar também os novos valores para os civis dos órgãos militares que fazem parte da Carreira de Tecnologia Militar (CTM). Do outro lado, os colegas dos órgãos militares que fazem parte do PGPE

também cobram melhorias nos salários. Eles exercem funções similares as do colega, porém, o salário é diferente.

A Condsef quer incluir esses servidores na Carreira de Tecnologia Militar, mas também cogita a possibilidade de ser criado um outro plano de cargos para esses trabalhadores.

► **LEI** Evento latino-americano discutiu a aprovação, no Brasil, da Convenção 151

Condsef realiza Seminário para discutir negociação coletiva no setor público

Avançar no processo de democratização do trabalho no setor público na perspectiva de consolidar uma lei que assegure a negociação a esses trabalhadores. Foi com esse propósito que a Condsef, em parceria com a CUT e com a Internacional de Serviços Públicos (ISP), realizou, nos dias 19 e 20 de agosto, o Seminário Latino-Americano de Negociação Coletiva no Setor Público. A atividade, que aconteceu em Brasília, fez parte das comemorações dos 18 anos da Confederação.

Servidores públicos de vários estados brasileiros participaram do evento, que teve entre seus convidados palestrantes de outros países. A Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata especificamente da negociação coletiva no setor público, foi amplamente debatida no seminário. A convenção, inclusive, já foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente Lula este ano, e pode ser aprovada no Brasil.

Na abertura do evento, o secretário geral da Condsef, Josemilton Costa, fez uma retrospectiva da luta da entidade para aprovar a Convenção 151, e alertou os servidores a ficarem atentos às decisões do Congresso Nacional, no que diz respeito à ratificação da lei. Ele também lembrou a importância de um intercâmbio dos servidores com outros países, no sentido de tornar o debate mais amplo.

No seminário, o chileno Raúl de La Puente, da Agrupación Nacional de Empleados Fiscales (Anef), mencionou a situação dos trabalhadores chilenos que tiveram a Convenção 151 aprovada. Os servidores públicos chilenos aguardam apenas a regulamentação definitiva.

BRASIL - O mexicano Eduardo Calderón, especialista em atividades para as pessoas da OIT, enfatizou que um país onde trabalhador não tem garantido o direito à negociação coletiva é um país com déficit de desenvolvimento. Ele disse que a Organização vem prestando assistên-



PARCERIA No Seminário foi sugerido um maior intercâmbio entre os servidores públicos da América Latina

cia técnica ao governo brasileiro, solicitada pelo próprio Executivo, onde são detalhadas as normas que regem a convenção.

O Secretário Regional Inter-Américas da ISP, Jocélio Drummond, reforçou a importância da participação da Condsef nos debates que a ISP trava sobre negociação coletiva pelo mundo. Ao passar em Brasília, o secretário formalizou convite para que a Confederação participe de duas atividades programadas para acontecer no Paraguai e em Cuba.

O Sindsep esteve representado no seminário por Sérgio Goiana, secretário geral da entidade, e pelos diretores Fernando Lima, Jemuel Alves, Inalda Laurentino, Severino Lúcio, José Felipe Pereira e Elna Melo. "Esperamos que o Seminário Latino-Americano de Negociação Coletiva no Setor Público seja o primeiro de vários seminários promovidos pela Condsef para comparar a realidade do serviço público brasileiro com os países da América do Sul", destacou Fernando Lima.

No último dia do evento, representantes do setor público voltaram ao auditório da UNB para apresentar o painel Panorâmica das Negociações na América Latina e no Mundo. Como resultado do seminário, será produzida uma cartilha com os principais pontos discutidos, que será distribuída para toda a base do funcionalismo federal.

CUT realiza plenária nacional e discute rumos do país

A conjuntura do país, a situação política do Brasil e do mundo foram os principais temas debatidos na 12ª Plenária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que aconteceu em São Paulo, de 5 a 8 de agosto. O evento reuniu participantes do movimento sindical de todo o país. O Sindsep/PE esteve representado por seu coordenador José Carlos de Oliveira, o secretário geral, Sérgio Goiana, e pelo secretário de Imprensa, Fernando Antônio de Lima.

A Plenária da CUT é um momento importante e conhecido historicamente pela tomada de decisões para o destino da entidade e até mesmo para o rumo da política econômica do país.

"Queremos renovar nossas estratégias em relação a alianças com os movimentos populares, nossas políticas internas, nossa comunicação, nossa luta pela disputa entre bases sindicais, relações internacionais e, especialmente, fazer um exercício de vislumbrar o

próximo período para nos posicionarmos com transparência e segurança frente aos desafios", afirmou o presidente nacional da CUT, Arthur Henrique.

PROGRAMAÇÃO - No segundo dia do evento, na parte da manhã, os trabalhadores falaram sobre a conjuntura sindical e o balanço da atual gestão. O sentimento comum a todos os dirigentes que apresentaram contribuições ao debate foi a necessidade de estreitar a relação com os movimentos sociais e com as outras centrais, além de avançar na atuação internacional.

O secretário de Política Sindical da CUT, Vagner Freitas, falou sobre um recente encontro que teve com o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi. "Definimos o envio de um Projeto de Lei ao Congresso que acaba com o imposto sindical e estabelece uma taxa negocial.

No período da tarde, a maior central da América Latina, inaugurou o

site intitulado de Novo Portal do Mundo do Trabalho. A secretária Nacional de Comunicação, Rosane Bertotti, enfatizou a importância do site como instrumento estratégico para fortalecer o projeto sindical. Além da observação, Rosane destacou ainda, que a página da CUT está há seis anos no ar com registros de mais de dois milhões de acessos por ano, sendo um dos sítios mais visitados do movimento social.

Ainda dentro da programação da Plenária, o primeiro secretário da CUT, Adelson Telles, detalhou a Plataforma da Classe Trabalhadora para as eleições 2008 (sobre esse assunto, ver matérias nas páginas 7 e 8), documento cujo objetivo é influenciar no processo eleitoral municipal.

MULHER - Houve também espaço para um debate de gênero. Rosane da Silva, como representante das mulheres trabalhadoras, apresentou uma cartilha inédita sobre a participação feminina no mundo sindical. Um dia antes do início da 12ª Plenária, a Central realizou a Plenária Nacional das Mulheres da CUT. Representando o Sindsep estavam as diretoras Vilma Maria e Vera Lúcia.

A Plenária da CUT é conhecida historicamente pela tomada de decisões para o destino da entidade e para o rumo do país

► **FINALIDADE** A idéia é entregar o documento aos candidatos a vereador e prefeito de todo País

CUT lança Plataforma e quer influenciar nas eleições municipais

Faltando pouco tempo para as eleições municipais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) resolveu incluir no debate eleitoral as reivindicações da classe trabalhadora. Tanto que, no dia 15 de julho, a Central lançou a Plataforma da Classe Trabalhadora para as Eleições 2008. O objetivo do documento é apresentar aos candidatos que vão disputar as eleições de outubro próximo, tanto para prefeito como para vereador, as propostas dos trabalhadores brasileiros.

A idéia é potencializar a ação do movimento sindical na disputa de hegemonia com o capital financeiro, com os grandes meios de comunicação e com os setores neoliberais organizados que dão base política para o bloqueio às mudanças necessárias para que o Brasil seja um país mais igualitário.

O documento contém quatro eixos prioritários: Igualdade, distribuição de renda e inclusão social; Valorização do trabalho; Estado indutor do desenvolvimento; Democracia e participação popular. Através deles, a CUT buscou transformar as diretrizes de projeto em iniciativas para o âmbito municipal, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população, em especial da classe trabalhadora.

"Defendemos o papel ativo do Estado não apenas para a promoção do crescimento econômico, mas social", salientou o presidente da CUT Nacional, Arthur Henrique, ao lançar o documento. "A Plataforma será nosso referencial para cobrar dos próximos vereadores e prefeitos a demanda dos trabalhadores", completou Sérgio Goiana, presidente da CUT/PE e secretário geral do Sindsep.

É válido lembrar que o trabalho surte o efeito esperado quando é feito de forma coletiva. As estaduais da CUT e os sindicatos terão o papel de enraizar a estratégia e garantir que as bases cutistas se incorporem nessa tarefa de intervir no processo eleitoral de maneira autônoma e combativa.

TRABALHO PERMANENTE - A Plataforma não se resume ao momento eleitoral. Ela une todas as propostas da CUT, elaboradas nos fóruns e entidades filiadas e orgânicas. Por ter sido pensado dessa forma, o documento se constitui como uma fonte de referência para consulta da militância cutista no dia-a-dia, garantindo assim, posicionamentos, negociações e mobilizações.

No quadro ao lado, confira os principais pontos da Plataforma. Aproveite para ver se constam na proposta de seus candidatos os itens defendidos pela CUT.



A CUT e as eleições

Pontos contidos na Plataforma da Classe Trabalhadora para as Eleições 2008

Igualdade, distribuição de renda e inclusão social

1. Ampliar o papel redistributivo do município
2. Ampliar os investimentos em infra-estrutura e serviços sociais
3. Reduzir a desigualdade regional
4. Fortalecer a agricultura familiar



Estado indutor do desenvolvimento

1. Adequar estrutura e orçamento públicos para a promoção do desenvolvimento sustentável
2. Fortalecer o papel do servidor público no processo de crescimento econômico e de desenvolvimento social
3. Promover a segurança pública

Valorização do trabalho

1. Gerar empregos para reduzir contingente de desempregado e fortalecer mecanismos de proteção/inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras
2. Elevar a formalização do mercado de trabalho brasileiro com a promoção do Trabalho Decente
3. Fortalecer a organização e a ação sindical e democratizar as relações de trabalho no serviço público municipal
4. Desenvolver ações de combate à homofobia



Democracia e participação popular

Promover a democratização da sociedade, elemento estratégico para a disputa de hegemonia, segundo a concepção sindical defendida pela CUT

Projeto defende a igualdade social

A Plataforma da Classe Trabalhadora nasceu com o intuito de promover uma sociedade com equilíbrio na distribuição de renda e da riqueza, visando à elevação da qualidade de vida e dos pobres. Ao se analisar os fatos que estiveram presentes em todos os âmbitos sociais, constatam-se dois extremos: uma parcela muito pequena da população como detentora de grandes riquezas, enquanto a maioria das pessoas vive abaixo da linha de pobreza.

Todas essas diferenças são históricas. Na década de 70, por exemplo, o país obteve altas taxas de crescimento econômico, com fortes impactos na estrutura produtiva e na urbanização da população. Nos anos 80, o Brasil vivenciou um momento inflacionário, dívida pública crescente e as mais variadas crises.

Na década de 90, os governos neoliberais sucatearam os aparelhos públicos em todos os âmbitos de governo, limitaram-se a propagar políticas focalizadas e tentaram de todos os modos esvaziar a capacidade dos poderes públicos em universalizar políticas sociais.

E o resultado desse cenário salta os olhos: miséria, desigualdade social e a concentração de riquezas. Não dá mais para adiar uma transformação. E essas mudanças começam em cada um de nós. O voto é o principal instrumento para se romper com um Brasil atrasado, conservador e excludente.

É escolhendo bem nossos governantes que será iniciada uma transformação de verdade.

▶ **LOCAL** Em Pernambuco, a Plataforma da CUT foi lançada no dia 15 de agosto

Para José Carlos, o voto pode transformar a sociedade

A Plataforma da Classe Trabalhadora foi lançada, no Recife, na sexta-feira 15 de agosto. "Essa cartilha vai instruir a classe a promover mudanças e melhorias de vida a partir da escolha dos representantes políticos", destacou, na ocasião, o presidente da CUT-PE Sérgio Goiana. Por se tratar de um projeto que terá influência direta nas eleições deste ano, a Plataforma... serve como um alerta para toda a sociedade. O coordenador geral do Sindsep, José Carlos de Oliveira é enfático ao falar sobre a importância de o movimento sindical estar envolvido com o debate eleitoral.

"A sociedade civil optou por uma transformação social pacífica que se fará a médio e longo prazo por intermédio do voto. É necessário que a classe dominada tenha consciência que essa transformação só vai ser concretizada quando as pessoas interagirem, discutirem e participarem do processo", pontuou.

E é esse um dos pontos chaves da Plataforma: votar em



VOTO "A base política do país é evidenciada na disputa eleitoral"

candidatos comprometidos com a classe trabalhadora. Segundo José Carlos, é necessário que os trabalhadores façam uma reflexão dos projetos que estão na disputa, dos nomes lançados e da história desses candidatos.

"A base política do Brasil é evidenciada na disputa eleitoral. O país está começando a to-

mar outro rumo e para o processo ter continuidade é de extrema importância que a transformação social avance. O caminho é difícil, mas pode ser trilhado", salientou.

Sobre o papel do Estado como indutor de desenvolvimento, o coordenador do Sindsep não titubeia. "Não se pode jogar a vida das pessoas numa eco-

nomia de mercado. Esse é um dever do Estado, nem é de governo nem de partidos. E insistimos, temos que ter representantes da classe trabalhadora para contrapor com o sistema capitalista tão organizado dentro do poder".

José Carlos elogiou a iniciativa da CUT, destacando a missão da entidade desde a sua fundação. "O campo cutista continua perseguindo os mesmos sonhos que nortearam a CUT desde sua formação. Temos orgulho de estar participando deste debate e vamos levar essa discussão para dentro do Sindsep e para nossa base", finalizou José Carlos.

O debate sobre a Plataforma é amplo e não pode parar depois das eleições. Na busca por uma melhoria na qualidade de vida, por condições de trabalhos mais dignas e por políticos mais comprometidos com as necessidades básicas da população, não existe alternativa a não ser cobrar, participar e se firmar na luta. Sempre tendo em mente que a união é quem faz a força.

Entrevista: **Arthur Henrique** / Presidente da CUT

"Queremos candidatos comprometidos"

GARRA: Como se deu a escolha dos pontos tratados na Plataforma?

ARTHUR HENRIQUE: A seleção de propostas é um processo derivado de nossas discussões internas e, especialmente, das discussões regionais que fizemos em torno da Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho, quando, com o auxílio de acadêmicos, lideranças regionais e sindicatos, detectamos as principais necessidades das regiões e estudamos formas de como o movimento sindical pode se inserir na busca pela superação das desigualdades.

GARRA: Na prática, como vai funcionar?

ARTHUR: É um conjunto de propostas, de linhas-mestras de qualquer governo que queira incluir em sua pauta a agenda dos trabalhadores. São os principais eixos políticos para fortalecer o serviço público, aprofundar as políticas públicas de saúde, educação, segurança, saneamento básico e moradia, entre outras medidas extremamente necessárias para que as cidades ofereçam justiça social. Já estamos entregando este documento a candidatos à prefeitura e à

A Plataforma da Classe Trabalhadora para as Eleições 2008 já está nas ruas. Em entrevista ao GARRA MENSAL, o presidente da CUT Nacional, Arthur Henrique, garantiu que muitos candidatos a prefeito e vereador já receberam as propostas da CUT. Entre os multiplicadores do documento, o sindicalista disse contar com o apoio do movimento sindical. Ele também falou sobre como se deu a construção da Plataforma... e como será implementada. Confira, a seguir, a entrevista.



vereança, seja em atos oficiais, seja no corpo-a-corpo em gabinetes ou mesmo nas ruas, durante atos de campanha. Queremos que a maioria se comprometa, para que depois possamos cobrar. Quando a Plataforma é rejeitada por algum candidato, isso também tem significado político.

GARRA: Como a CUT pretende chegar até os candidatos de todo País?

ARTHUR: Através de nossos sindicatos. Como estamos em todos os pontos do país, representados pelas entidades filiadas, politicamente, não há caminho melhor ou mais forte do que esse.

GARRA: A Plataforma já começou a ser implementada? Quais passos já foram dados?

ARTHUR: Primeiro, nossa luta é eleger o maior número possível de candidatos e candidatas comprometidos com a Plataforma... Depois de eleitos, será hora de cobrarmos a implementação das políticas, sem descanso. Por isso, manteremos a Plataforma... conosco, debaixo do braço, para acompanhar a implementação das medidas.